

## PROJETO DE LEI Nº 738/2025

**Ementa:** INSTITUI POLÍTICA MUNICIPAL DO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CEDRO – PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Cedro – PE de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, no que se compreende: Transtorno Autista, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação e Síndrome de Rett; e estabelece diretrizes para sua consecução.

**§ 1º** O Chefe do Poder Executivo adotará a Semana da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista, iniciando no dia 2 (dois) de abril em espaços públicos do município, a cor predominante (Azul), cor esta que simboliza o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, data decretada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

**§ 2º** Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela com anomalia qualitativa constituída por característica global do desenvolvimento, conforme definido na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

**§ 3º** A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

**Art. 2º** São diretrizes da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

- II** – a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- III** – a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
- IV** – o estímulo à inserção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- V** – a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;
- VI** – o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como a pais e responsáveis;
- VII** – o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao Transtorno do Espectro Autista no país.
- VIII** – qualificar os profissionais de educação e saúde em terapia comportamental, aproveitando os Encontros Pedagógicos anuais dos profissionais da Educação e as Conferências de Educação e Saúde, para que tratem do tema com mais ênfase, a fim de conscientizar e instruir os profissionais.
- IX** – será assegurado nas políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.
- X** – caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei no 12.764, de 2012.
- XI** – o cuidado integral no âmbito da atenção básica, especializada e hospitalar;
- XII** – a ampliação e o fortalecimento da oferta de serviços de cuidados em saúde bucal das pessoas com espectro autista na atenção básica, especializada e hospitalar;
- XIII** – a qualificação e o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e da rede de cuidados de saúde da pessoa com deficiência no atendimento das pessoas com o transtorno do espectro autista, que envolva diagnóstico diferencial, estimulação

precoces, habilitação, reabilitação e outros procedimentos definidos pelo projeto terapêutico singular;

**Parágrafo único.** Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

**Art. 3º** São direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
  - a) o atendimento multiprofissional;
  - b) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
  - c) os medicamentos;
  - d) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.
- IV – a prioridade em filas de hospitais, unidades de saúde, agências bancárias e em comércios locais, devidamente sinalizados com o símbolo do TEA, o qual internacionalmente é reconhecido como um "laço colorido".
- V – o acesso:
  - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
  - b) à garantia das vagas em escolas da rede pública municipal.
  - c) à moradia;
  - d) ao mercado de trabalho.
- VI – garantir transporte gratuito às famílias do município que necessitem se deslocar para cidades vizinhas para tratamento.

**Art. 4º** A pessoa com Transtorno do Espectro Autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

**Art. 5º** O Município instituirá horário especial para seus servidores municipais que tenham sob sua responsabilidade e cuidados, cônjuge, filho ou dependente com deficiência de transtorno de aspecto autista.

**Art. 6º** O Poder Executivo adotará carteirinhas para cada pessoa com transtorno do espectro autista, a fim de melhorar a identificação dos mesmos em locais que exijam a comprovação do transtorno para a efetivação de prioridades.

**Parágrafo único:** O portador do Espectro Autista deverá comprovar através de laudos médicos, para obter a carteira de identificação.

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

**TIAGO MATIAS DE SOUZA**

*Presidente*



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**CEDRO**

## **JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 738/2025**

### **Institui Política Municipal de Proteção aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Município de Cedro – PE, estabelecendo diretrizes e garantindo direitos fundamentais a essa parcela da população.

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento e o comportamento, manifestando-se em diferentes graus e formas. Pessoas com TEA frequentemente enfrentam desafios significativos em áreas como comunicação social, interação e padrões de comportamento restritivos e repetitivos. A falta de políticas públicas adequadas e de conscientização social pode agravar essas dificuldades, resultando em exclusão e na negação de direitos básicos.

A proposição desta política municipal se alinha com a legislação federal vigente, como a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e reconheceu o autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Além disso, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça a necessidade de garantir a inclusão e o pleno exercício da cidadania a todos os indivíduos com deficiência, incluindo aqueles com TEA.

As diretrizes propostas neste Projeto de Lei visam promover a intersetorialidade, a participação da comunidade, a atenção integral às necessidades de saúde (com diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional), o estímulo à inserção no mercado de trabalho, a responsabilidade do poder público na informação, o incentivo à formação de profissionais especializados, e o estímulo à pesquisa científica. Destaca-se também a garantia de apoio especializado no contexto escolar e a prioridade no atendimento em serviços públicos e privados, através da identificação por carteirinhas específicas.

A implementação de uma política municipal específica para as pessoas com TEA é crucial para assegurar que os direitos previstos na legislação federal sejam efetivamente aplicados no contexto local, considerando as particularidades e necessidades da comunidade de Cedro – PE. Ao garantir a proteção e o desenvolvimento pleno das pessoas com TEA, o município não apenas cumpre seu papel social e legal, mas também investe na construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e equitativa para todos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um avanço significativo na garantia dos direitos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias em nosso município.



**TIAGO MATIAS DE SOUZA**  
*Presidente*

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**CEDRO**